



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/09/2016 - Insituto Telecom

Oi quer vender serviço móvel e data centers por reestruturação financeira

O serviço móvel não está nos planos da Oi e há a intenção de vender a operação da companhia para ajudar na reestruturação financeira. Esse é um dos pontos apresentados no plano de recuperação judicial apresentado pela tele à 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nesta segunda-feira, 05/09.

A Oi não detalha como vai se desfazer dos serviços móveis, mas deixa claro que quer vender os data centers e a rede de fibra óptica em São Paulo. Aliás, a operadora parece disposta a abrir mão de qualquer investimento em São Paulo, onde tem acordos de compartilhamento no serviço móvel 3G e 4G com a TIM.

A operadora está disposta a centrar os negócios – caso o plano de recuperação seja aceito pela Justiça – na banda larga fixa, mas também não anuncia quais são as projeções de rede. Aos credores, a Oi pede uma carência de cinco a 10 anos para o pagamento. A dívida da Oi é estimada em R\$ 65 bilhões.

A operadora contabiliza quase 67 mil credores, dos quais cerca de 59 mil fazem parte da categoria sem garantia. Para eles, a empresa oferece as opções de reestruturar a dívida com ou sem a conversão do crédito em ações. Também há a possibilidade de receber em um prazo menor para quem aceitar injetar recursos na companhia.

Em relação às multas administrativas, a companhia pretende chegar a um acordo. Somente para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a empresa deve cerca de R\$ 10 bilhões. A intenção é converter as multas em obrigações de investimentos em infraestrutura e benefícios aos consumidores. Além disso, pretende realizar ações voltadas para melhorias dos serviços.

Se não fechar um acordo com a agência, a Anatel como os outros credores sem garantia. O portal Convergência Digital disponibiliza a íntegra do plano da recuperação judicial da Oi encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários.

Impossível pensar em recuperar o dinheiro do FUST para investir na banda larga

“Esqueçam o FUST. Não há menor chance desse dinheiro voltar a ser reinvestido no setor”, dessa forma, o secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, André Borges, falou dos planos setoriais para a expansão da oferta de banda larga no Brasil.

Borges, que participou do 30º Seminário Internacional da ABDTIC, em São Paulo, foi taxativo: não adianta cobrar o dinheiro recolhido desde a privatização do setor e não investido no próprio setor. “Não há como recuperar esse dinheiro. O que vier do FUST daqui pra frente é uma negociação de médio e longo prazo e envolve a área econômica”.

Até então, o MCTIC, e o próprio André Borges, acreditava que era possível incluir uma ‘emenda Fust’ no PL 3453/15, que avançou no Congresso Nacional

e que permite a troca de concessões por autorizações. Mas, agora, o executivo se mostra menos otimista com o uso do FUST no novo PNBL. Mas Borges acredita ser possível usar o TAC – Termo de Acordo de Compromisso, firmado pela Anatel com as operadoras em troca das multas por não atendimento na expansão da banda larga.

“Esses recursos vão ser usados para garantir que a rede – e não necessariamente a fibra óptica- chegue nos municípios onde as teles não querem investir. Essas são áreas que queremos atendidas e serão razão do novo PNBL”, atestou André Borges. A transformação do PL 3453/15 em Projeto de Lei ainda em 2016 é, admite o secretário do MCTIC, é ‘otimismo’, mas a iniciativa é que está endossada pelo governo para acelerar a revisão do setor de Telecomunicações.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/08/2016 - Telesíntese

Oi rebate a credores: diz que não tem controlador ou acordo de acionistas. E sai outro conselheiro.

Em nota, o conselho de administração ressalta a legitimidade dos conselheiros eleitos e defende sua atuação. Afirma que os credores descontentes com o plano de recuperação judicial poderão se manifestar e votar contra em assembleia a ser marcada, conforme prevê a lei. Board da companhia teve outra baixa na última semana, com renúncia de Marcos Grodetzky. A saída dele está sendo interpretada por alguns analistas do mercado como o primeiro sinal de acordo entre a Pharol e o fundo Société Mondiale, que poderia em breve ganhar a sua representação no comando da operadora.

O Conselho de Administração da Oi emitiu nota nesta segunda-feira, 12, na qual rebate parte das críticas feitas por credores após a divulgação do plano de recuperação judicial, semana passada. Os credores acusaram a companhia de traçar uma RJ que “beneficia acionistas majoritários”. Em resposta, o conselho da Oi afirma que a operadora tem capital pulverizado, sem controlador ou acionista majoritário, e nega que tenha feito qualquer acordo para a elaboração do plano.

Vai além. O conselho de administração ressalta a legitimidade dos conselheiros eleitos e defende sua atuação. Afirma que os credores descontentes com o plano de recuperação judicial poderão se manifestar e votar contra em assembleia a ser marcada, conforme prevê a lei.

Confira a íntegra da nota abaixo:

“O Conselho de Administração da Oi esclarece que a companhia não possui controlador, acionista majoritário ou acordo de acionistas. Os membros do conselho foram eleitos legitimamente, seguindo todos os ritos de governança previstos na legislação. Seus representantes atuam de boa-fé visando defender os interesses da Oi.

É importante destacar que o Plano da Oi apresentado no âmbito da Recuperação Judicial foi aprovado em reunião formal do Conselho de Administração. A elaboração do Plano e a Governança de aprovação cumpriram as previsões legais.

O Plano contempla proposta aos credores, considerando viabilizar a Recuperação da Oi e sua sustentabi-

lidade. Os credores deverão avaliar o Plano, seguindo o processo formal da Recuperação Judicial, e se manifestar dentro de prazo legal. As discussões sobre o Plano devem ocorrer dentro dos processos formais da Recuperação Judicial, cabendo aos credores, como prevê a lei, decidir em assembleia sobre aceitação do Plano.”

Dança das cadeiras

A nota sai, também, pouco depois da renúncia de Marcos Grodetzky ao cargo que ocupava no conselho de administração. Ele apresentou o pedido na última sexta-feira, 9. O executivo teria mandato até 2018 e não tinha suplente uma vez que substituíria Robin Bienenstock, conselheira titular que renunciou após a saída de Bayard Gontijo da presidência da companhia, e junho. A companhia não informou os motivos do pedido.

O conselho passa a ter seis baixas este ano: além de Grodetzky e Bienenstock, saíram Marten Pieters (todos ocupantes da cadeira destinada a conselheiros independentes), Joaquim Dias de Castro, Fernando Marques dos Santos e Pedro Guterres – este, suplente, ligado à Pharol. O conselho está com seis executivos sem suplentes, e agora, uma cadeira vazia.

Grodetzky era um dos conselheiros na mira de substituições desejadas pelo investidor Nelson Tanure, do fundo Société Mondiale.

A liberação dessa vaga no conselho, já sem a suplência, já é vista por diferentes fontes do mercado como os primeiros sinais de que o fundo Société Mondiale e a Pharol começaram a se entender para o ingresso do novo sócio nos rumos decisórios da Oi.

12/08/2016 - Telesíntese

Telebras cancela assembleia

Reunião iria votar incorporação da subsidiária montada para prestar serviços para a Copa e mudanças no estatuto social da companhia.

A Telebras comunicou aos acionistas nesta sexta-feira, 9, que cancelou a assembleia geral extraordinária que realizaria no próximo dia 14 de setembro. A empresa não explicou os motivos do cancelamento. A reunião seria feita para que os donos de papéis da estatal deliberassem sobre a in-

corporação da Telebras Copa, constituída em 2012 para atender aos contratos de prestação de serviços para a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014; e alterações do estatuto social da empresa. A companhia não deu nova data para realização da assembleia.

09/08/2016 - Telesíntese

Julho termina com 42,6 milhões de linhas fixas

Tendência de perda de usuários se mantém, com retração de 4,24% da telefonia fixa no país. Proporcionalmente, autorizadas desligaram mais do que as concessionárias.



O Brasil tinha 42,6 milhões de linhas de telefonia fixa no final de julho, conforme dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) divulgados hoje, 09. O número representa retração de 0,32% em relação a junho e de 4,24% em um

ano.

A imensa maioria dos acesso fixo fica na região Sudeste (26 milhões), o restante está distribuído entre Sul (7 milhões), Nordeste (5 milhões), Centro-Oeste (3,19 milhões) e Norte (1,3 milhão). As concessionárias concentram 59,31% dos acessos (25,25 milhões). As autorizadas, por sua vez, tinham 40,69% (17,33 milhões).

A concessão que mais perdeu clientes foi da Oi, com mais de 1 milhão de desligamentos, uma retração de 6,6%. Todas as demais ganharam usuários. Entre as autorizadas, porém, a Telefônica foi a que mais desabilitou linhas (611 mil), contra 292 mil desativações da Telecom Americas (Net, Claro e Embratel). As concessões apresentaram uma retração menor, de 4% da base, que as autorizadas, que registraram encolhimento de 4,6%.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/telefonia-fixa-julho-termina-com-426-milhoes-de-linhas/>

12/09/2016 - Rede Brasil Atual

'Governo Temer quer o desmonte da comunicação pública no Brasil', diz Melo

Ex-diretor-presidente da EBC afirma que o fim do Conselho Curador da empresa acaba com a representatividade de vários setores da sociedade



O jornalista e ex-diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ricardo Melo, afirmou hoje (12), em entrevista à Rádio Brasil Atual, que o fim do Conselho Curador da EBC representa um "aparelhamento" político da empresa pública. "O Conselho Curador foi dissolvido, mas ele é um órgão da máxima importância para uma empresa pública, porque ele é formado por representantes de vários segmentos da sociedade, como dos trabalhadores, do movimento negro, dos LGBT's, das mulheres, de empresários etc. Por isso, o Conselho tinha um papel fundamental, mas com o fim dele, a EBC vira uma 'Voz do Brasil' no pior dos sentidos."

O jornalista rebate a acusação de que a EBC tenha se transformado em "cabide de empregos". "A acusação do governo Temer é escandalosa. Quando a EBC foi criada, metade dos funcionários eram concursados, a outra eram contratados do dirigente da gestão. Hoje, 95% dos nossos funcionários são concursados. Então, onde está o cabide? Isso é um pretexto para transformar a imagem da EBC."

O ex-diretor-presidente da EBC informa que a lei

que criou a empresa, em 2008, previu um financiamento autônomo, a Contribuição para o Fomento da Radio Difusão Pública (CFRP), a ser cobrada das operadoras de telefonia. "As operadoras recorreram a lei e a Justiça decidiu que era necessário recolher a contribuição, mas seria depositada em juízo. Hoje, temos 2 bilhões de reais recolhidos em juízo enquanto não o processo for tramitado."

Segundo o jornalista, não faltam exemplos de emissoras públicas pelo mundo. "Elas estão associadas a países que têm a democracia totalmente desenvolvida. Por exemplo, há a BBC da Inglaterra, no Japão tem a NGK, os Estados Unidos possuem a TBS. A democracia no Brasil está engatinhando, mas sempre aparece um golpe, um impeachment. No Brasil, há uma classe dominante que toma essas atitudes sempre que aparece um sinal de mudança."

Ouçá a entrevista completa:

<https://soundcloud.com/redebrasilatual/governo-temer-quer-o-desmonte-da-comunicacao-publica-no-brasil-diz-presidente-da-ebc>

12/08/2016 - Portal Vermelho

Segunda-feira é marcada por protestos pelo Fora Temer e Cunha



Diversas manifestações ocorrerão nesta segunda-feira (12), em várias cidades do país, para dizer não ao governo ilegítimo de Michel Temer e também para exigir a imediata cassação do mandato do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que encontra-se afastado do seu exercício, por acusações de corrupção e lavagem de dinheiro. A sessão do julgamento está prevista para começar às 19h, na Câmara dos deputados.

Confira abaixo o calendário de ações que ocorrerão durante o dia.

São Paulo

18h - Sindicato dos Engenheiros

Rio de Janeiro

18h - Cinelândia

Minas Gerais

- Belo Horizonte:

18h - Praça 7

- Juiz de Fora:

18h - Parque Halfeld:

Rio Grande do Sul

- Porto Alegre:

18h - Esquina Democrática

Brasília

18h - Museu Nacional de Brasília:

Santa Catarina

- Florianópolis:

18h - Largo da Alfandega

Paraná

- Curitiba:

18h - Praça 19 de Dezembro

Espirito Santo

- Vitória:

18h - Assembleia Legislativa Do ES

Ceará

- Fortaleza:

16h - Praça Da Juventude

12/08/2016 - Portal Vermelho

Altamiro Borges: “Fora Temer” assusta Fátima Bernardes

Na quinta-feira passada (8), a apresentadora Fátima Bernardes foi surpreendida com um protesto político em seu programa ao vivo na TV Globo. Dois integrantes da banda do músico Johnny Hooker, o tecladista e o baterista, exibiram as suas camisetas: “Fora Temer” e “Quem não tem voto caça com golpe”.



vidados de atrações ao vivo. No caso do tecladista de Hooker, a culpa foi creditada à figurinista do programa de Fátima, que não checou a camiseta que ele vestia por baixo da camisa.

O controle já foi notado já no dia seguinte no próprio “Encontro” e neste sábado nos bastidores do “É de Casa”.

A iniciativa teve imediata repercussão nas redes sociais. Os fãs do cantor – que gravou uma das músicas da trilha sonora da nova série da emissora, “Justiça” – elogiaram a ousadia. Já a família Marinho, que apoiou o “golpe dos corruptos” e tenta embelezar a imagem do usurpador, ficou bem incomodada com o protesto em seu próprio estúdio, conforme revela o blogueiro Mauricio Stycer, do UOL:

“Fora Temer” na Fátima gera alerta para todos os programas ao vivo da Globo

Os cuidados com os figurinos e objetos usados em cena por convidados em programas ao vivo da TV Globo aumentaram depois de um incidente ocorrido na última quinta-feira (08), no “Encontro com Fátima Bernardes”.

No programa, um músico que acompanhava o cantor Johnny Hooker foi filmado com uma camiseta que exibia a frase “Fora Temer”. Ele apareceu no canto direito, no alto da imagem, apenas uma vez e depois não foi mais focalizado.

A ordem da direção é reforçar, nos bastidores, o controle sobre o que vestem e carregam os con-

O império midiático da família Marinho – uma propriedade cruzada que possui tevê aberta e por assinatura (Globo e Globonews), rádios (CBN), jornais (O Globo, Valor, Extra), site (G1), entre outros meios – tem feito de tudo para esconder os protestos contra o Judas Michel Temer. Dezenas de manifestações ocorrerem todos os dias, em vários cantos do país, mas não aparecem nos veículos da Globo. Na abertura das Olimpíadas, o apresentador Galvão Bueno chegou a dizer que o usurpador recebeu “vaia e aplausos”. As faixas e cartazes que agitaram várias competições foram censuradas na telinha. Já na abertura da Paraolimpíada, nem a TV Globo conseguiu esconder a enorme vaia.

Bem diferente da linha editorial adotada nas marchas golpistas pelo impeachment de Dilma, que mereceram generosa cobertura do império global – inclusive com a alteração da sua grade de programação e até com o adiamento dos horários de partidas de futebol. A manipulação da Rede Globo, porém, não consegue calar ou invisibilizar a exigência do “Fora Temer”, que agora invadiu até os estúdios da emissora!



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/09/2016 - Carta Capital

Após quase um ano, Câmara vota a cassação de Eduardo Cunha

Deputados decidirão o futuro do deputado peemedebista afastado. São necessários 257 votos para que ele seja cassado



Após 334 dias do início do processo, chega ao capítulo final a possibilidade de cassação do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acusado de quebra de decoro parlamentar por ter mentido à CPI da Petrobras, ao negar a existência de contas bancárias na Suíça.

Entenda os principais pontos do processo:

Como será a sessão de cassação?

A votação sobre o futuro de Eduardo Cunha começa às 19h desta segunda-feira 12 e deverá ser aberta e presidida por Rodrigo Maia (DEM). A cassação só ocorrerá com o voto de pelo menos 257 dos 513 deputados da Casa. Há risco, no entanto, de falta de quórum devido à proximidade das eleições municipais, uma vez que muitos deputados voltam para os seus estados de origem durante as campanhas eleitorais.

O deputado afastado foi notificado da sessão por meio do Diário Oficial da União na sexta-feira 8, após a Câmara não ter conseguido localizar o político pessoalmente. De acordo com a secretaria-geral da Casa, foram feitas três tentativas de encontro no gabinete e no apartamento funcional, ocupado por Eduardo Cunha em Brasília. Houve também tentativa de entregar a notificação na residência do deputado afastado, no Rio de Janeiro, sem sucesso. Etapa burocrática exigida pelo processo, a notificação foi publicada no veículo com o objetivo de formalizar a comunicação.

Caso seja cassado, o que acontece com Eduardo Cunha?

Caso sua cassação seja aprovada por ao menos 257 deputados, Cunha ficará inelegível até janeiro de 2027, quando terá 68 anos.

Por que Eduardo Cunha está sendo julgado pelos deputados?

O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), responde a processo por quebra de decoro parlamentar. O deputado afastado é acusado de ter mentido ao afirmar à CPI da Petrobras que não possuía contas bancárias no exterior, em março de 2015. Cunha também não informou a existência dessas contas em sua declaração enviada à Justiça Eleitoral em 2014. Segundo o relator do caso, Cunha teria omitido essa informação porque as contas teriam sido abastecidas com recursos desviados da Petrobras.

O que o deputado alega em sua defesa?

Em sua defesa, Cunha utiliza a figura jurídica do truste para justificar a administração de bens no exterior. " Eu não escondi de ninguém a existência do truste. Não escondi quando foi perguntado o que que significava o truste. Efetivamente existia o truste, ao qual o patrimônio não me pertence", disse Cunha em sessão do dia 20 de maio.

O advogado do parlamentar, Marcelo Nobre, afirma que truste não é conta bancária e que, por isso, Cunha não mentiu na CPI da Petrobras. " Truste não é propriedade. Não se pode considerar um truste como um bem seu", afirmou.

Quem protocolou a ação contra ele?

A representação contra Cunha foi protocolada no dia 13 de outubro de 2015 por deputados do PSOL e da Rede e está fundamentada no documento enviado pela Procuradoria-Geral da República ao PSOL, solicitada pelo partido. No documento, a PGR confirmou que o peemedebista mantinha constas secretas na Suíça.